

BOLETIM NACIONAL

JUNHO/93 - Nº 70

Cr\$ 40.000,00



Profâsio Nãne/AE



O debate está aberto

Os delegados ao Encontro têm oito alternativas para a tese-guia, três apresentadas por integrantes da Articulação. Signatários destas três pré-teses falam sobre a divisão da tendência majoritária no partido nas páginas 11 e 12. Representantes de todas as correntes falam de suas expectativas para este 8º Encontro Nacional, entre as páginas 5 e 10.

A ousadia de quem quer cidadania

Ao contrário do que a imprensa tentou decretar -- e muitos petistas se apressaram em aceitar -- a Caravana da Cidadania não foi campanha nem fracasso. Foi demonstração da ousadia de quem quer trazer a público uma realidade que as elites preferem esconder.

Última página

Repúdio ao Golpe na Guatemala

Página 13

CUT: balança mas não cai

Página 12

Fome e miséria

Em abril, Lula deu início à pioneira jornada na Caravana que denunciou a realidade de fome e miséria que se alastra por todo o país. Hoje a fome e a miséria são fatos nacionais, e o PT, mais uma vez, deu a arrancada à frente nas questões sociais(...)

Existem neste momento articulações nacionais e uma série de propostas que visam solucionar o problema da fome, como, por exemplo, o recém criado Conselho Nacional de Segurança Alimentar, gerido pelo governo e entidades civis e coordenado pelo sociólogo Herbert de Souza -- o Betinho.

Pude constatar recentemente que esta questão tem deixado prefeitos e vereadores aflitos, principalmente nos municípios mais carentes e aí surgem outros questionamentos. É preciso indagar o que o governo do Estado está fazendo para enfrentar este grave problema social? Como poderiam ser envolvidas instituições como o Banespa e Nossa Caixa? O que o Estado tem feito com as terras devolutas? Qual o tratamento dado aos posseiros e pequenos proprietários?

Este é o momento de pressionar o governador Fleury para que crie condições para que os trabalhadores autônomos e dos movimentos rurais possam ter acesso a crédito, posse legal da terra, redução de impostos e outros tipos de incentivos(...)

No mês de abril promovemos dois encontros de entidades como a OAB, CUT, Comissão de Justiça e Paz, Sindicato dos Bancários de São Paulo, entre outros, com o objetivo de somar esforços e buscar alternativas de soluções a esta questão. Na ocasião propomos a criação do Comitê Paulista de Ação da Cidadania, que tem o fim de mobilizar e estimular a sociedade a integrar-se na luta de combate à fome, para adotarmos

medidas inovadoras e incentivadas pelas administrações democráticas e populares do PT. Onde a população possa organizar e coordenar compras comunitárias, sacolões volantes, varejões e outras iniciativas que auxiliem na superação desta realidade de miséria e fome no país.

Deputado Luiz Azevedo (PT/SP)

Aqui tem...

Os deputados federais do PT José Fortunati (RS) e Pedro Tonelli (PR) entraram, no dia 27 de abril, com uma representação junto à Procuradoria Geral da República, visando a instalação de inquérito para apurar a ilegalidade

e contravenção na exploração das loterias pela televisão brasileira. Os petistas acreditam que a utilização indevida da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no comércio das cartelas também merece profunda investigação por parte do Ministério Público.

A representação encaminhada ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, está baseada na infração do artigo 221 da Constituição Federal, no capítulo "Da Comunicação Social", que estabelece como princípios fundamentais da televisão: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme

percentuais estabelecidos em lei, e, respeito aos valores éticos e sociais das pessoas e da família.

Diante da infração cometida pelas emissoras de televisão, que visam unicamente a obtenção de lucros, os deputados do PT acreditam que a exploração privada de jogos de azar -- como os casos da Tele-Sena, do SBT, Abelhinha da Sorte, da Record e o novo Papatudo, da Globo, constituem uma clara contravenção.

O deputado José Fortunati denuncia, ainda, que a promoção de jogos de azar pelas emissoras de televisão afrontam o código de ética da Radiodifusão Brasileira, aprovada pela ABERT em 1991. Fortunati afirmou que "o poder público tem

sido omissivo, faltando com a responsabilidade de exigir dos concessionários do serviço de radiodifusão a observância da legislação e o compromisso social decorrente do caráter público deste serviço."

Para burlar a legislação que proíbe a exploração de jogos de azar por grupos privados, tanto a Tele-Sena como o Papatudo estão maquiados como títulos de capitalização. "A Globo está, inclusive, propagando o uso de uma parte dos lucros do Papatudo para doações a entidades assistenciais, com o objetivo de dar um verniz filantrópico ao jogo".

Os dois deputados petistas alertam que, segundo o último censo, ficou constatado que 73,7% dos lares brasileiros possuem um aparelho de televisão. Dessa forma, avaliam que a influência desse veículo de comunicação é muito grande no Brasil, cabendo aos concessionários uma boa dose de responsabilidade, o que, para Fortunati, não ocorre.

O SBT, comandado pelo empresário e apresentador Silvio Santos, lucrou este ano com a Tele-Sena 50 milhões de dólares, conforme estimativa da revista Exame.

Para lançar o Papatudo, a Globo copiou o modelo da Tele-Sena unindo-se ao empresário Arthur Falk, proprietário do Banco Interunion Capitalização. A emissora entra com o marketing, utilizando apresentadora de prestígio e a empresa financeira

oferece a cobertura legal para o negócio. "É preciso ressaltar, afirma Fortunati, que a absoluta falta de fiscalização favorece a sonegação de impostos e formação de caixa-dois nas empresas envolvidas. Por tudo isso solicitamos a instauração de inquérito civil público para apurar a ilegalidade dessas loterias", conclui.

Você sabia...

Que no mesmo dia da queda de Eliseu e Erundina, o ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, aproveitou para dar total apoio a Itamar, afirmando que o governo deveria aproveitar para fazer a reforma ministerial?

Depois de um engenheiro, agora temos um sociólogo no comando da economia. Mas se economia não é o forte de Fernando Henrique, não se pode dizer o mesmo da dívida externa. Ele foi o relator da Comissão Mista do Congresso, responsável pela auditoria da dívida externa em 1989, que registrou graves revelações. Fernando Henrique comprovou que cerca de 50 bilhões de dólares da dívida originaram-se de compras desnecessárias. Apesar disso, o chanceler deu seu aval ao acordo feito com os credores internacionais, pelo governo Collor, aprovado em dezembro do ano passado pelo Senado, que reconheceu o total da dívida.

Enquanto o governo Itamar se esforça para cumprir acordo com o FMI, em meio a sucessivas quedas de ministros da Fazenda, 150 legisladores europeus e latinoamericanos, reunidos na XI Conferência Interparlamentar Comunidade Européia/América Latina -- que ocorreu no início de maio em São Paulo --, disseram não ao pagamento da dívida externa.

Os parlamentares manifestaram preocupação pelo esforço para exportar que os países latino-americanos estão fazendo para pagar suas dívidas. Consideraram que, apesar das soluções aplicadas, a dimensão da dívida segue acima das possibilidades reais de reembolso desses países. Pediram aos Estados Membros que estudem a proposta para que a Assembléia das Nações Unidas solicite à Corte Internacional de Justiça de Haia um parecer esclarecendo a estrutura legal e ética que deveria dirigir os termos dos empréstimos internacionais.

Pedex (Programa Educativo Dívida Externa)



P. BASTISTA

BOLETIM NACIONAL

Junho/92 - Nº 70

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP
Fones (011) 223.7999/7904
ou 222.2956/2875/6986
Secretário de Comunicação
João Machado

Secretário Adjunto

Markus Sokol
Jornalista Responsável
Marisa Lourenço MTb 18.321
Colaboradores
José Rocha Cunha
Editoração Eletrônica
William Aguiar
Fotolito e Impressão
DCI

Guerreiro Paulo Vinha, presente

Ele foi covardemente assassinado com um tiro pelas costas, e mais dois a queima roupa, no momento em que trabalhava na Praia do Ulé, em Vila Velha (ES). Paulo Cesar Vinha, biólogo, ambientalista, revolucionário socialista, tinha apenas 37 anos.

Foi fundador do PT, membro do Diretório Estadual do partido, presidente do PT de Vila Velha e Secretário de Transportes da prefeitura de Vitória na gestão de Vítor Buais. Iniciou sua militância no Movimento Estudantil, quando também lutou contra a ditadura militar. Atuou, ainda, no Movimento de Transportes Coletivos e por Moradia.

Antes de sua morte, dedicava a totalidade de suas energias à luta em defesa do meio ambiente. Lutou pela criação da Reserva Biológica de Jacrenema, em Vila Velha, pela criação do Parque Estadual de Setiba, em Guarapari, pela implantação do Parque Municipal do Morro da Mantegueira -- para o qual havia sido nomeado diretor, recentemente--, que agora recebe o nome de Parque Paulo Vinha, em sua homenagem.

Mas o grande enfrentamento que o levou à morte foi a luta contra a Extração irracional de areia nas áreas de restinga no litoral do município. Nesta região de Vila Velha encontra-se a maior extração de areia do país e grande parte desta extração é feita clandestinamente. Na função de biólogo, Paulo Vinha havia feito o estudo de degradação e recuperação da vegetação para as quatro empresas credenciadas pelo IBAMA para atuar no município. Mas era impossível fazer o controle dos que extraíam clandestinamente. Assim, no dia 15 de abril, Paulo organizou, juntamente com o PT, a Prefeitura e entidades ambientais um ato público no areal para denunciar a situação gravíssima da região e as consequências futuras para a sociedade capixaba.

A região de extração de areia fica no litoral, próxima a foz do Rio Jucu, que abastece toda Grande Vitória. Com a exploração da areia, a vegetação foi completamente devastada e restaram enormes crateras que formam lagoas a partir da água da chuva e do ferimento do lençol freático, que

é bastante superficial. Com o tempo, estas lagoas artificialmente criadas podem secar o lençol freático e conseqüentemente o rio Jucu. Alerta-se para o fato de que esta região de extração de areia é a área de expansão do município, onde deveriam ser feitos novos loteamentos (precedidos de Estudos de Impacto Ambiental) e com a sua degradação o Governo Municipal precisará investir, em valores de hoje, cerca de trinta trilhões de cruzeiros para a recuperação.

Outra luta de grandes proporções que Paulo Vinha estava travando era contra o deserto verde produzido no Estado pela Empresa Aracrus Celulose -- maior produtora de celulose do mundo, com exportação de 1 milhão de toneladas anuais (nos países desenvolvidos o limi-

te é de 50 mil toneladas/ano). A Empresa ocupa 146 mil ha de terras



capixabas e está incentivando os pequenos produtores a plantarem eucalipto em suas terras, o que traz prejuízos irreparáveis ao Estado. A

Acapema, entidade ambiental da qual Paulo Vinha era dirigente, juntamente com outras entidades ambientais e sindicais, solicitou abertura de um inquérito civil contra a Aracrus Celulose, junto à Procuradoria Geral da República/ES.

Com a morte de Paulo Vinha, sentiram seus familiares, amigos, companheiros o movimento ambientalista e a sociedade capixaba e brasileira, que perderam um ardoroso defensor da vida.

Seus assassinos continuam foragidos. Há fortes indícios de que os assassinos sejam os irmãos Ailton e José Barbosa Queirós, donos da empresa de extração de areia Terra Plana. Eles já foram indiciados por um crime cometido há dez anos contra um proprietário de terra.

É preciso que continuem as pressões junto ao Governo do Estado, ao Ministro da Justiça e ao Presidente da República para a apuração de toda a verdade sobre o assassinato de Paulo Vinha e a punição imediata dos culpados.

Ines Simon Ferreira
Executiva Estadual do PT/ES
Assessoria de Imprensa do
Comite Paulo Vinha

Saudades de Pedro

Pedro Alcântara Moreira, dirigente nacional da CUT e militante histórico da tendência Democracia Socialista, faleceu de câncer aos quarenta anos em abril deste ano. A brutalidade, a sem-razão, a insensatez da interrupção prematura desta vida criativa: para os que tiveram o privilégio de conhecer ou compartilhar momentos ou projetos com Pedro não é simples lidar com sua morte.

Não é apenas pela perda de um militante sensível e valoroso. Um militante que participou da fundação do PT, mergulhou na

construção do movimento popular na periferia de Belo Horizonte, tornou-se líder do movimento dos funcionários da UFMG, depois presidente da Fasubra e, mais recentemente, membro da direção Executiva Nacional da CUT. Tinha uma identificação íntima e até moral com o projeto político que dá substância à Democracia Socialista.

Não é pela falta que ele nos faz, os seus amigos e amigas, empobrecidos em uma certa dimensão de nossas vidas. Não é também pela interrupção de uma das mais belas histórias de amor que já tive oportunidade de ver nascer, crescer e se

tornar maduro, livre e radical. Neste tempo de Eros partidos e perdidos, o amor de Pedro e Dora era um símbolo.

Os que acompanharam seus últimos dias, sabemos que Pedro viveu-os dilacerado e, ao mesmo tempo, íntegro. Fragilizado pela doença mas exalando vida por todos os seus poros e emoções. Vê-lo assim, transfigurando sua vida em memória, levou-nos a todos os que o amavam ao limite de nossas emoções.

Juarez Guimarães

Oito alternativas para a tese-guia

O Diretório Nacional já editou e distribuiu o caderno das pré-teses ao 8º Encontro Nacional do PT, que se realizará no Centro de Convenções de Brasília, nos dias 11, 12 e 13 de junho. O caderno contém a proposta de Novo Estatuto, sete pré-teses e um encarte com a oitava pré-tese (a de Minas), que chegou depois do prazo.

A surpresa que esta publicação traz é que três das oito pré-teses apresentadas são assinadas por petistas ligados à Articulação. Duas delas, "Construir a Unidade na Luta" e "Por um Governo Democrático e Popular", trazem um pequeno texto de abertura que justifica a divisão: "Nós, petistas vinculados à Articulação, estamos apresentando mais de uma pré-tese ao 8º Encontro Nacional. Fazemos isso por haver entre nós algumas divergências políticas, que pretendemos debater francamente, buscando demarcá-las mais claramente. Ao mesmo tempo teremos a oportunidade de elucidar melhor nossas concordâncias". A terceira, "Política para uma nova hegemonia" (encarte), está baseada num texto elaborado para o Encontro Estadual de Minas Gerais. Assim como as duas primeiras, traz uma apresentação: "Esta pré-tese expressa a opinião de vários companheiros do PT. Devido a

relevância dos temas abordados e a sua repercussão nacional, decidimos publicá-la para o debate preparatório ao 8º Encontro" (os companheiros Gilberto Carvalho, Sônia Hypólito e Juarez Guimarães falam sobre a divisão da Articulação nas páginas 10 e 11).

Outro "elemento surpresa" deste Caderno de Pré-Teses é o fenômeno da duplicidade. Isto é, companheiros de diferentes correntes assinaram mais de uma pré-tese. Um exemplo: companheiros da DS assinaram a pré-tese de Minas, da Articulação, e também a pré-tese apresentada pela DS (veja box abaixo). A pré-tese de Minas também foi assinada por companheiros das outras duas partes da Articulação. Como já explicaram alguns dirigentes, nada há que proíba uma segunda opção.

A crise interna

O reconhecimento de uma crise interna aparece -- de forma objetiva ou mais diluída -- como ponto comum entre as pré-teses. Todas afirmam a necessidade de superá-la. A pré-tese "Política para uma nova hegemonia", dá o tom ao assunto, descrevendo o surgimento de duas culturas no Partido. Uma dos que transitam no movimento social, e outra

dos que vivem no espaço estritamente institucional: "Como tais culturas têm se distanciado, passando a operar com discursos e valores cada vez mais distintos, o PT se vê ameaçado de, por um lado, consolidar uma direção que não mais se alimente de nossas fontes e, por outro lado, manter uma base que, por não influir na elaboração da política partidária, passa a estranhar o próprio Partido. O desafio é evitar que o crescimento do Partido transforme-se em instrumento de empobrecimento da democracia interna", afirmam.

Há aquelas que apontam para a mudança de direção como saída de emergência: "É preciso criar um novo núcleo dirigente que expresse a posição majoritária nas bases e possua representatividade política e social" -- afirmam os companheiros que assinam a pré-tese "Por um governo democrático e popular" --; "Evidencia-se hoje a necessidade de uma nova maioria no PT. Uma maioria que estabilize um novo centro dirigente, superando a crise de direção do partido" -- afirmam os companheiros do PPP na pré-tese "Para mudar o Brasil".

Política de Alianças

Outro ponto delicado que preocu-

pa -- por diferentes razões -- companheiros de diversos setores do Partido é a política de alianças. Enquanto uns temem que esta "preceda e subjuguem a definição programática do Partido" (pre-tese Conjuntura e alternativa democrática e popular, da Vertente Socialista), outros defendem a não imposição de nosso programa aos aliados, como forma de ampliar o leque: "Ao impor nosso programa estaríamos tentando uma aliança entre iguais, o que é uma contradição em si. Mas não podemos abrir mão do que julgamos essencial" define a pre-tese "O momento político e as tarefas do PT, apresentada pelo deputado Vladimir Palmeira.

Porém, há um clima de disposição para o diálogo que ameniza nossos temores. Disposição que está explícita numa observação inicial da pré-tese "Um rumo revolucionário para o PT", da Democracia Socialista, que afirma ter por objetivo construir um campo de elaboração comum com outras teses e chegar a proposições unificadas para o 8º Encontro Nacional.

Enfim, com grandes ou pequenos temores, com muito ou pouco companheirismo, o debate está aberto. Vamos a ele!

Pré-tese	Tendência	nº de assin.	UFs	Assinaturas
Por um Governo Democrático e Popular	Articulação	351	13	João Carlos Coser, Hamilton Pereira, Claus Germer, Djalma Bom, Jomar Fernandes, Geraldo Garcia, Wilson Santin, Rui Falcão, Adão Preto, Luci Choinaski, Davi Capistrano, Candido Vacarezza
Um Rumo Revolucionário para o PT	Democracia Socialista	261	12	Joaquim Soriano, João Machado,* Dora Gomes,* Tomás Mata Machado, Heloisa Helena, Tatau Godinho, Raul Pont, Valdisio Fernandes, Beto Bastos, Otaviano de Carvalho, Chico Lopes
Alternativa Democrática e Popular	Movimento Na Luta PT	267	23	Jorge Almeida, Maria Laura, Marcus Sokol, Luis Eduardo Greenhalgh, Luis Vila Nova, Domingos Dutra, Arlete Sampaio, Afrânio Boppre, Bruno Maranhão
Para Mudar o Brasil	Projeto Para o Brasil	241	14	Augusto de Franco, Amauri Barros, Juarez de Paula, Julio Rafael, Ozeas Duarte, José Genoíno, Eduardo Jorge, Irma Passoni, Luis Eduardo Cheida, *Vitor Buaiç, *Perly Cipriano
O Momento Político e as tarefas do PT	Vladimir Palmeira	184	7	Vladimir Palmeira, Paulo Bernardo, Agostinho Valente, Tilden Santiago, Jacques Wagner, Edésio Passos, *Luci Choinacki, *Adão Preto
Conjuntura e Alternativa Popular	Vertente Socialista	156	4	Lauro Marcondes, Aldo Leite, Anísio Batista, Tato Laerte, Waldemar Rossi, Anísio Maia, Ivan Valente
Política para uma Nova Hegemonia	Articulação	311	13	Antonio Carlos Pereira, Luiz Dulci, Juarez Guimarães, Dora Gomes, Marcos Flora, Tomás Mata Machado, Maria do Carmo Lara, *José Luis Fevreiro, *Rochinha, *José Américo, *Gilberto Carvalho
Construir a Unidade na Luta	Articulação	291	7	Aloísio Mercadante, José Dirceu, Benedita da Silva, Gilberto Carvalho, Darci Accorsi, Rochinha, Jorge Bittar, José Américo, Selvino Heck, *Julio Rafael, Perly Cipriano, Vitor Buaiç, *Luiz Dulci

* Assinaram em segunda opção

Segunda opção

Os companheiros da tendência Democracia Socialista de Minas decidiram democraticamente assinar, em primeira instância, a pré-tese "Por uma nova hegemonia", alinhando também o seu apoio à tese nacional apresentada por esta tendência.

Este fato, aparentemente insólito, explica-se por três razões: não havia desidentidade política entre ambas as pré-teses (pelo contrário, são pré-teses que convergem para uma elaboração unitária); a DS mineira queria demonstrar com este gesto que, sem abandonar sua personalidade própria, não tem um entendimento tático ou instrumental da unidade política que vem construindo com os companheiros petistas do estado; queríamos garantir a solidariedade das outras correntes e companheiros que compõem o campo ao encaminhamento nacional unitário da pré-tese ao 8º Encontro.

Neste encontro os delegados esperam...

Solucionar a crise interna, adotar uma posição mais combativa, devolver à militância a confiança no Partido, encontrar a unidade... Estes são – entre tantos outros – os anseios de nossos dirigentes. Chegou o momento ideal para alcançá-los, realizá-los, ou pelo menos trilhar o caminho rumo a estes objetivos: o 8º Encontro Nacional do PT. É sobre suas expectativas para este Encontro que falam os representantes de todos as correntes petistas, nesta e nas quatro próximas páginas



...Enfrentar quatro desafios

Desafios que esbarram numa questão de fundo, afirma Augusto de Franco, a crise interna, a crise de identidade

São eles: 1) aprovar os novos Estatutos do PT, normatizando as principais inovações introduzidas pelo I Congresso, que ainda não foram implementadas nem estão contempladas nos regimentos transitórios adotados desde 1991, e eliminando a confusão que foi introduzida no nosso funcionamento orgânico pela adoção de meias-medidas; 2) definir uma política nacional de alianças ampla para 1994, mandatando a futura Direção Nacional para adequar as políticas estaduais à orientação nacional; 3) aprovar um Projeto Estratégico Alternativo para o Brasil que seja capaz de orientar a elaboração do Programa de Governo para 1994; e 4) eleger uma nova Direção Nacional representativa, capaz e, sobretudo, comprometida com as resoluções do I Congresso. Uma direção que tenha coragem e disposição política para aprofundar e desenvolver estas resoluções.

A solução dos quatro desafios acima, constantes da pauta do 8º Encontro, esbarra, todavia, num problema de fundo. O consenso original, genético, que constituiu o Partido dos Trabalhadores entrou em cri-

se no final dos anos 80 e está se esgotando rapidamente na primeira metade da presente década. Não se trata apenas da existência conflitante de duas culturas políticas no interior do PT, uma dos movimentos sociais e outra da institucionalidade, mas de dois "backgrounds" distintos de mundivisão para um mesmo projeto político e para uma mesma organização partidária. No centro do problema está a questão da democracia, ou melhor, a questão de um projeto democrático para mudar o Brasil. Trata-se, além disso, de um problema que não pode ser resolvido, contornado ou disfarçado pelas eleições presidenciais de 94 e pela campanha Lula. Pois é preciso, em primeiro lugar, chegar em boa posição em 94. E, depois, é preciso chegar a 1999 tendo cumprido um mandato e realizado alguma coisa significativa. Mas o PT, hoje, enquanto coletivo, não sabe realmente o que vai fazer e, a rigor, não sabe nem o que representa na sociedade brasileira.

Porém a crise de identidade que vive hoje o PT é uma decorrência e não uma causa da sua falta de projeto. Colocando de outra maneira: a crise de identidade do PT -- e do centro-esquerda brasileiro em geral -- só será resolvida através de um novo projeto político, capaz de refazer o consenso mínimo necessário para uma rearticulação das esquerdas, inclusive para reorganizar e relançar o nosso partido. Enquanto não faz isso e fica se engalfinhando internamente em disputas ideológicas do passado -- entre "reforma e revolução", "esquerda ou direita" e outras bobagens do "jargão-68" com as quais nosso líder na Câmara dos Deputados nos brinda semanalmente na imprensa -- o PT vai perdendo tempo e vai perdendo a chance de cumprir um papel de liderança na conformação de um campo político e social capaz de mudar o país. Convinhamos, é muita responsabilidade. Hoje, o principal adversário do PT é o próprio PT. Oxalá os delegados ao 8º Encontro Nacional consigamos enfrentar esta questão de fundo esboçando, pelo menos, algumas pistas para a solução.

Augusto de Franco
membro da CEN



...Caminhar realmente para a esquerda

voltando ao movimento de massas e adotando uma posição mais combativa, é o que Vladimir Palmeira espera deste Encontro

Independentemente da luta política interna, o Partido dos Trabalhadores vinha se descaracterizando, sobretudo, por dois fatores: em primeiro lugar, o PT estava tornando-se um partido institucional e, neste sentido, um partido igual aos outros, abandonando o trabalho de massas, abandonando a intervenção no movimento popular.

O segundo problema é uma modernização, de natureza talvez ideológica, que atribua ao PT a tarefa de garantir a governabilidade -- o que é uma coisa escandalosa. Em nenhum país democrático do mundo moderno compete a um partido de oposição garantir a governabilidade. Isso compete ao governo.

Algumas figuras do PT, inclusive da sua direção, tinham como principal preocupação a garantia da governabilidade e o temor da crise. Tratava-se de uma postura defensiva e conservadora, que gerava grande insatisfação no Partido. As bases reagiram a isso e hoje, certamente, vamos desenhar um posicionamento inteiramente diferente.

Além das questões políticas, da

disputa interna, vai haver uma definição clara do PT como um partido de massa, como um partido que faz política fora do parlamento e que não está comprometido com nenhum tipo de governabilidade.

Não será o caso de transformar a atividade parlamentar em secundária. A atividade parlamentar é essencial -- e não por escolha do PT. Ela é importante para a sociedade e devemos estimular a atuação na esfera institucional. Mas é igualmente necessário atuar na esfera do movimento de massas. Nós decidimos ocupar espaços institucionais e disso o Partido não pode se arrepender ou abrir mão. Mas a verdade é que o PT foi levado a abandonar a atividade do movimento de massas -- e essa é a questão.

Creio que o Partido caminhará realmente para a esquerda, adotando uma posição mais combativa. Vamos voltar ao movimento de massas e vamos aprovar uma política de alianças, inclusive com o PSDB. Aliás, o que dificulta uma aliança com o PSDB não é o PT, mas o fato de o PSDB ser o partido que mais dá sustentação ao governo Itamar. É isto que afasta o PSDB da gente. No momento há muitas dificuldades para executar uma política de alianças, o que não inviabiliza esta possibilidade no futuro. De nossa parte, queremos é vê-los conosco. O papel de um partido como o nosso -- e a saída da ministra Erundina comprovou que a tese de oposição ao governo era correta -- é atrair os outros setores de esquerda para esta mesma posição e atrair aliados para a perspectiva de governar com Lula. Essa é a questão fundamental: atrair aliados para ganhar e para governar.

O que nos diferencia da política conciliadora não é o fato de querermos política de alianças ou não. O que nos diferencia é que nós não achamos que a condição essencial de governabilidade para Lula, para o PT e para as esquerdas seja a política de alianças. Para nós, o essencial é a política do movimento de massas, a organização do movimento de massas. Precisamos ter uma base popular porque o governo Lula vai ser um governo de confronto. Quando o PT começar a implementar uma política de transformação, vai bater de frente com as classes dominantes. Precisamos, portanto, de uma base popular. E queremos também, por meio das alianças, uma base política.

É preciso reafirmar, contudo, que

a política de alianças só tem sentido se vier para somar no cumprimento do nosso programa de transformações sociais. Não podemos fazer política de alianças só para entregar a faixa presidencial para o Lula.



Os movimentos à esquerda e à direita dentro do Partido têm caráter tático que nem sempre desembocam em grandes diferenças estratégicas. Taticamente há grandes diferenças, mas o pior já passou. Estamos acumulando forças em função de conflitos passados. A questão da institucionalidade e da governabilidade, por exemplo, já foi denunciada. Já não há viva alma no PT que defenda outra postura que não a de oposição. Nem a Luiza Erundina. O que importa agora são as perspectivas para 94, e, estou certo de que vamos aprovar no 8º Encontro uma posição política que leve à vitória de Lula com relativa tranquilidade.

Vladimir Palmeira
líder da Bancada Federal,
membro do DN e da CEN

...Dispersar a nebulosa

A superação da crise interna também é esperada pelos integrantes da Vertente Socialista

Terminada a fase dos encontros estaduais do PT, tudo indica que o 8º Encontro Nacional caminha, a exemplo do 5º Encontro, no sentido de tornar-se um divisor de águas na história de nossa construção partidária. Há na verdade uma absoluta necessidade de realizarmos um encontro que dê respostas claras às questões que hoje agitam a vida do PT. Tais questões se, por um lado, enri-

quecem nosso debate político, por outro, criam um quase imobilismo do PT na sua ação social, visto que, todas as forças do Partido estão profundamente engajadas no processo de disputa interna que deve decidir sobre os caminhos do Partido para os próximos anos.

Talvez uma das tarefas mais importantes desse 8º Encontro seja a de desfazer uma certa "nebulosidade", que começou a se configurar a partir do 7º Encontro Nacional e que tomou forma no nosso 1º Congresso. Não tanto pelas decisões, porém muito mais pelas interpretações "ao gosto do freguês", que fizeram de temas como a opção pela radicalidade democrática ou a reflexão sobre a construção do socialismo no mundo, instrumentos de luta interna para "darem prova", conforme o interesse, de uma opção definitiva por uma suposta modernidade, ou de um desvio de nossa vocação socialista.

Para dissiparmos essa nebulosa, duas questões se colocam à priori:

1ª) Ao contrário do que defendem os companheiros da pré-tese "Para mudar o Brasil", as resoluções dos encontros passados podem ser confirmadas, aprimoradas ou revistas, porque a democracia interna garante esse direito aos delegados do Encontro.

2ª) Precisamos todos de um esforço unificado, no sentido de evitar que as disputas políticas do Encontro Nacional se estendam por meses a fio, nas páginas da imprensa burguesa. Quem afere qual posição política deve prevalecer no PT é o plenário do encontro e não o editor chefe de qualquer grande jornal

Ressaltamos que uma característica interessante do atual momento político do PT, é a vinculação das três principais discussões imediatas (política de alianças, campanha do Lula e novo núcleo dirigente), à discussão de fundo que diz respeito ao entendimento do Partido, de qual deve ser o papel de um governo petista no processo das lutas sociais, rumo ao socialismo: Porque se o entendimento que prevalecer for o que coloca a governabilidade acima dos compromissos de classe, e que sujeita as reformas ao limite do tolerável pela burguesia, então justificam-se alianças eleitorais sem discussão de programa, campanha em tom moderado etc...

No entanto, se enterdermos que um governo petista deve servir de alavanca para o avanço das lutas

sociais, então precisaremos garantir, na discussão das alianças, na politização da campanha e na condução do partido, condições para criarmos sustentação social para Lula implementar as reformas, com a radicalidade que o momento exige. Entendemos que os resultados dos encontros estaduais e sobretudo a sinalização do encontro de São Paulo, que aponta para a unidade dos setores de esquerda do partido, indicam a expectativa da base petista pela consolidação de um campo popular e democrático.

A responsabilidade pela condução desse processo, de forma a garantir o avanço das idéias e preservar a unidade de ação partidária, deve estar presente a todo momento, sobretudo para aqueles que, como nós, entendem que assim como o socialismo não pode prescindir da democracia, a luta pelo socialismo não pode prescindir da ação revolucionária.

Tato Laerte - CDM/SP



...Centrar o debate em nosso programa

Segundo Luis Dulci é neste debate que vamos definir precisamente quem são os aliados e os adversários

Estou convencido de que o 8º Encontro Nacional precisa alterar os rumos do nosso debate, sob pena de agravarmos a crise política e orgânica do PT justamente às vésperas da eleição presidencial.

Nosso partido, no último período, viveu uma polarização que, em

muitos aspectos, mais parece um diálogo de surdos. De um lado brada-se contra o que seria a perda de nossas características distintivas, da identidade do PT (risco que, sejamos sinceros, de fato existe) mas o remédio proposto, sobretudo em suas versões mais extremadas e dogmáticas, limita-se à colaboração passiva das nossas origens e das nossas (valiosas, sem dúvida) tradições. Tal postura tende a nos desarmar para a disputa de hegemonia social e política no Brasil de hoje, que não é o mesmo de 14 anos atrás, e pode inviabilizar, pela compreensão tosca e maniqueísta do desafio revolucionário, a própria eleição do Lula.

De outro lado, exige-se do PT, para que seja "digno" de governar o país, que ele se torne praticamente um outro partido, com outra tradição, outra cultura e outro projeto político. No afã de purgar os traços de "socialismo real" eventualmente existentes entre nós, deseja-se, no limite, que abjuremos aquilo em que nos constituímos ao longo da história do PT. O que seria, a meu juízo, jogar a criança fora junto com a água do banho.

O lamentável nesse curioso "diálogo" é que o cerne do problema fica completamente secundarizado. Pois não se trata de uma discussão acadêmica sobre uma política hipotética para um partido imaginário. Trata-se de definir a política de um PT concreto para um momento concretíssimo da vida brasileira. Trata-se de agir criativamente a partir da nossa identidade política e ideológica, para viabilizar uma alternativa transformadora no país.

Trazemos na bagagem nossa história, tantos acertos, não poucos erros, nosso avanço inequívoco enquanto alternativa real de governo e poder.

O que o momento exige de nós é a maior clareza possível sobre o que queremos para o país. Decifra-me ou te devoro, é o que nos diz a conjuntura. Para responder ao que a vida nos cobra, penso que, devemos centrar o debate do 8º Encontro no Programa Democrático e Popular. E em como viabilizar, se vitoriosos nas eleições, a sua sustentação social e institucional. Este é o debate, salvo engano, que nos interessa travar, entre nós mesmos e com a sociedade. É ele que vai definir com precisão quem são nossos aliados, correntes e adversários.

Mas não bastará ao Encontro

recolocar o debate nos trilhos. Será preciso também criar as condições para que as iniciativas frutifiquem. A dinâmica da fragmentação, a sectarização artificial, aparentemente eleitos à categoria de métodos de escolha da direção, tem que ser superados. O tensionamento da maioria que até aqui esteve à frente do PT não pode servir de pretexto a uma disputa despolitizada pelo controle da máquina partidária.

Sem generosidade não iremos a parte alguma. A agudeza com que a crise às vezes se manifesta não pode amesquinhar nossa conduta. Existem condições políticas para a constituição de uma maioria consistente a partir deste Encontro. Uma maioria com bases políticas claramente explicitadas. Basta ler as pré-teses para comprovar esta possibilidade. Se pensarmos nos oprimidos e explorados do país, e não apenas em nossos espaços pessoais de poder, saberemos construí-la.

Luiz Soares Dulci
Secretário Municipal de
Governo/BH
membro do DN

...Debater as divergências internas

O Partido precisa de um novo núcleo dirigente que recuse as ambigüidades e vacilações, defende Candido Vaccarezza

Quando decidimos lançar a pré-tese "Por um governo democrático e popular", sabíamos que esse gesto iria provocar muita polêmica, semelhante a que surgiu quando decidimos lançar o Manifesto aos Petistas Na hora da Verdade. Nada melhor: o PT estava mesmo precisando de uma sacudida, de um debate franco sobre as nossas divergências políticas, sobre os rumos da campanha Lula, sobre as práticas daqueles que, transformados em "notáveis" por força da militância, fazem de tudo para ser mais iguais que os outros.

Muitos companheiros acharam nosso gesto precipitado. Preferiam que a Articulação apresentasse uma única tese. Achavam prejudicial para o Partido se a tendência majoritária se dividisse. Nós pensamos diferente. Achamos que uma concepção democrática de partido significa,

entre muitas outras coisas, que o debate político deve ser feito publicamente, e não em conchavos de que participa um pequeno número de dirigentes. A própria concepção de tendência que apoiamos no Congresso embasa essa nossa posição.

Que momento melhor que o 8º Encontro para debater as divergências existentes no interior do PT e da Articulação? Esta era a hora, por exemplo, de tornar públicas as posições dos companheiros que defendem posições assemelhadas às do Projeto para o Brasil, que propunham inclusive formular uma "nova maioria" com aquela tendência.

Infelizmente, não é isso que está acontecendo no processo de preparação do 8º Encontro. O Projeto para o Brasil está "apanhando" até mesmo de seus aliados dentro da Articulação, que têm se negado até a dialogar com esta tendência, ao menos explicitamente.

Nós preferimos deixar claro o que pensamos. E o que defendemos é que o PT reafirme seu papel dirigente, seu caráter de massa e a sua democracia interna. Que para dirigir a campanha Lula e a ação partidária nos próximos anos, o PT necessita de um novo núcleo dirigente. Uma direção que recuse as ambigüidades e vacilações, especialmente frente ao governo Itamar, ao qual devemos ser oposição. Sem adjetivos.

Achamos que o PT deve conchamar os partidos comprometidos com o povo a deixarem o governo Itamar, permitindo uma aliança nacional e nos estados com um arco que se estende dos componentes da Frente Brasil Popular de 89 até o PSDB. Mas uma aliança com base no programa de governo democrático e popular, que o PT deve elaborar envolvendo os movimentos sociais, os partidos aliados, nossos simpatizantes, os vários setores do partido, a quem caberá aprovar a versão final do Programa.

Um programa que descobre, em medidas concretas, as diretrizes aprovadas no 8º Encontro, atualizando e aprofundando o PAG-89 e suas reformas estruturais, de sentido antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista.

Com base nesse programa e num partido democratizado, coerente e revitalizado, se tornará possível realizar uma campanha eleitoral de massas, um verdadeiro movimento por reformas estruturais, que ganhe milhões não apenas para voltar mas

principalmente para apoiar ativamente um governo comprometido com as reformas estruturais, com o fim do apartheid social e com a luta pelo socialismo.

Candido Vaccarezza
Presidente do CDM/SP



...Devolver à militância a confiança no PT

Gilberto Carvalho espera possamos sair deste encontro mais companheiros, confiando uns nos outros

O 8º Encontro Nacional do PT enfrenta questões importantes não apenas para o próprio partido como para o nosso país: deveremos discutir nossa postura frente à atual crise brasileira, as questões da sobrevivência de nosso povo num momento de grave crise econômica. Vamos nos posicionar em relação à Reforma Constitucional, sua data e quanto à tática para assegurarmos os direitos conquistados em 87/88 e a possibilidade de avançar novos direitos para as majorias. Vamos aprofundar os elementos de nosso Projeto Estratégico Alternativo, que fornecerá as bases e os contornos para o programa de governo com o qual disputaremos as eleições de 94 (e governaremos a partir de 95); com base nestes elementos, discutiremos, ainda que de forma preliminar, nossa política de alianças para 94, no plano nacional e regional. Ainda neste 8º Encontro deveremos fazer uma avaliação do nosso Partido e aprovar, finalmente, nossos novos Estatutos.

Mas, uma tarefa fundamental e destacada que este 8º Encontro deve pelo menos iniciar é o que poderíamos chamar de "construção dos elementos capazes de devolver à nossa militância a confiança em seu partido, em seu projeto e a conseqüente consciência de que é possível fazer política com muita luta, muito sofrimento, mas com o prazer de quem se sabe construindo uma alternativa de esperança para seu povo".

Esta tarefa não está destacada na pauta, ou melhor, ela deverá ser enfrentada no conjunto de pontos que compõem nossa pauta. Temos consciência de que estes elementos estão interligados: a "clareza mínima de um projeto alternativo, socialista; o acordo sobre um conjunto mínimo e táticas para avançar sua construção; a vontade política e a disposição de luta que são capazes de motivar as pessoas a se mobilizarem, a sobrepor os interesses coletivos aos interesses pessoais, sem repressões nem aniquilamentos".

Vamos ser francos: tão importante quanto o debate que busque clarear nossos projetos -- nestes tempos de tantas incertezas -- é nossa decisão de criar de fato uma nova cultura política que forneça as bases de um novo contrato ético entre nós. Há uma interdependência clara entre estes elementos. Nossa militância precisa, assim, ter certeza de que pode confiar neste partido que ela constrói e em sua direção.

Precisa ter a certeza de que nosso partido quer construir uma sociedade socialista e que, assim, não capitula frente ao neo-liberalismo ou frente à miragem da social-democracia; precisa poder confiar que nosso partido, ao dialogar com os diferentes e ao negociar com os adversários, não se confunde com eles, não entrega os pontos. Nossa gente precisa ter a tranquilidade de saber que o Partido, o seu partido, não será condescendente com os sinais (ou fatos) de frouxidão e corrupção que ameaçam nos tornar semelhantes a "tudo o que está aí" e que humilham o brio de quem faz do combate à corrupção uma das bandeiras principais do resgate da dignidade de seu povo. Nossos companheiros precisam perder o receio de convidar um vizinho, um compadre para uma reunião partidária, sem passar pelo constrangimento de ter que traduzir para o convidado nossos códigos ou nossas batalhas internas, que tiram o tesão de qualquer ser humano ajuizado. Nos-

sa militância precisa sair desse Encontro sabendo que o Partido pelo menos vai buscar um método de construção do debate, de tomada de decisões e de exercício de direção que sejam de fato democráticos. Nossa gente precisa saber que será chamada a opinar, elaborar, tomar decisões, ser informada. Nossa militância precisa sair desse 8º Encontro sabendo que o conjunto do Partido vai tomar a decisão de que vamos reconstruir as bases de nossas relações com os movimentos sociais, com o movimento sindical, com o movimento popular com sociedade civil, com os excluídos. E mais, nossa militância precisa receber desse Encontro o aval e a decisão de que o Partido vai incluir em sua pauta a construção de bases de um novo relacionamento interno, corroído nestes anos pela falta de criação de uma cultura política realmente revolucionária, nova, e pela exposição de todos nós ao padrão político tradicional. Estamos impregnados por essa cultura do aparelho, de apropriação do coletivo pelo particular, da supremacia dos meus interesses sobre os da comunidade e por aí a fora...

Enfim, nós todos precisamos sair deste encontro mais companheiros sabendo que, apesar de todas as divergências, podemos confiar uns nos outros e que o melhor para o partido e para a construção de nosso projeto deve estar provavelmente no resultado do debate e da síntese entre nossas posições divergentes e nossas práticas...

Aos delegados ao 8º Encontro não faltará pauta e responsabilidades.

Gilberto Carvalho
Sec. de Formação Política
membro do DN



...Tirar o país da crise

O socialismo que queremos deve ser resultado da luta pela radicalização da democracia, afirma Juarez de Paula

A proximidade das eleições presidenciais, combinada com as eleições para governadores, senadores, deputados federais e estaduais, faz crescer a expectativa da sociedade em torno da proposta petista para tirar o país da crise.

O país continua mergulhado numa crescente crise social e econômica, que aprofunda o processo de exclusão das maiorias, apartando 60 milhões de brasileiros das mínimas condições de cidadania.

Há sinais visíveis de fragmentação social, que indicam a possibilidade de fortes crises políticas. O Governo Itamar, por sua vez, permanece paralisado em sua perplexidade, incapaz de romper com a inércia das políticas conservadoras.

É frente a esta situação que o PT precisa apresentar-se como alternativa de governo e de poder para o conjunto da sociedade. Portanto, o PT será avaliado não só por sua presença nas lutas sociais, mas também e principalmente pela sua capacidade de dar respostas efetivas aos problemas do país, através de um programa de reformas capaz de articular amplos setores da sociedade.

O PT, isolado, não será capaz de construir, até 94, a hegemonia necessária à conquista do governo e muito menos as condições para uma governabilidade democrática.

Deste modo, o 8º Encontro Nacional do PT deve aprovar uma política de alianças para vencer as eleições e para governar. Precisamos construir um arco de alianças de centro-esquerda, que inclua o PSDB e o PDT, além dos nossos aliados tradicionais (PSB, PCdoB, PPS). Um arco de alianças capaz de atrair o conjunto dos setores democráticos da sociedade e capaz de, no governo, realizar as reformas sociais, políticas e econômicas que o país exige.

O socialismo que queremos construir deve ser o resultado da luta permanente pela radicalização da democracia. O 8º Encontro Nacional do PT deve reconhecer o pluralismo e a diversidade como valores demo-

cráticos, o que implica na necessidade de compartilhar e rejeitar uma política de alianças meramente instrumental e utilitária.

O 8º Encontro Nacional do PT deve buscar romper com a ambigüidade que tem caracterizado o último período da trajetória petista. Devemos superar definitivamente a falsa polêmica entre a "luta social" e a "luta institucional".

A profunda crise interna que o PT enfrenta, não é decorrente da suposta "burocratização e domesticação" do partido. Se é verdade que existe uma distância talvez maior entre a base orgânica do PT e sua base eleitoral.

A fragmentação do partido só será evitada se conseguirmos elaborar um Projeto para o Brasil que sirva como instrumento de unidade política. Não um projeto ideológico para um futuro distante, mas um projeto executável, que permita ao PT ser contemporâneo de seu próprio tempo.

Juarez de Paula
membro do DN



...Discutir a reforma agrária e a participação da mulher

Segundo Luci Choinacki, são tarefas inarredáveis dos petistas para encontro que se aproxima

O Partido dos Trabalhadores caminha para seu oitavo Encontro Nacional. Pauta extensa, projeta um final-de-semana consumido em discussões acerca da Caravana da Cidadania -- e seu contorno pela Impren-

sa —, e sobre a iminência do processo de Revisão Constitucional, entre outros assuntos. No entanto, situar a luta pela Reforma Agrária e a participação da mulher no processo de organização dos movimentos e do partido é tarefa inarredável dos petistas para o evento que se aproxima.

É fundamental a interferência das mulheres na constituição de um país desenvolvido, não excludente, que aponte para uma sociedade que erradique qualquer forma de discriminação de raça ou sexo. É preciso acelerar o trabalho pela transformação das relações econômicas e de gênero, fatores que obstaculizam a organização de fato igualitária e a tomada de decisão democrática em qualquer grupo social.

A Reforma Agrária precisa ser assumida em seu papel democratizador da posse da terra e, em consequência, do próprio poder. Ela é a base de todas as demais lutas, porquanto a ela cabe, especialmente, semear e cultivar o reconhecimento da cidadania, mola de qualquer conquista no campo social. Nos últimos 30 anos, com um saldo que ultrapassa os 1.600 assassinatos de trabalhadores rurais, as conquistas ainda são raras.

A serenidade exige que espere, desse encontro, uma profunda discussão sobre a importância de uma política clara das principais ações concretas a serem levantadas pelo PT em nível nacional. A clareza também deverá estar presente na política de alianças, que deve ser formalizada em cima de um programa que priorize a política econômica, o desenvolvimento balizado pela distribuição de renda, pelo combate eficaz à fome e à miséria e pela agilização de uma Reforma Agrária.

O governo federal, está visto, não se interessa pelas reformas fundamentais de que necessita o país. Promessas como a equivalência de produtos para o pagamento de crédito de custeio, do “diálogo aberto” para o refinanciamento da dívida dos pequenos agricultores, na prática, não passam de engodo. Os discursos se sucedem e o que se vê são dirigentes comprometidos com latifundiários e com o grande capital. A organização em todas as lutas do PT deve passar pela ampla discussão. E o momento propício, sem dúvida, é o próximo Encontro Nacional.

Luci Choinaski
deputada federal PT/SC



...“Paz entre nós,
guerra aos senhores!”

*Unidade na luta,
solidariedade, coletivo
acima do particular são
idéias que devem ser
revigoradas*

A questão mais importante que o 8º Encontro precisa resolver é produzir um rumo político, de caráter democrático e popular, legitimado por uma ampla maioria partidária capaz de levar Lula à Presidência da República.

Esta perspectiva deve animar o conjunto da militância e dos simpatizantes do PT para uma atuação política nos movimentos sociais, nas ruas e nos campos, nos parlamentos e nas prefeituras que administramos, recolocando na ordem do dia a possibilidade de iniciarmos no Brasil um programa de reformas estruturais a favor das grandes maiorias nacionais.

Para o PT sair fortalecido deste processo de encontros é necessário retomarmos coletivamente um conjunto de idéias que fazem parte da história da luta dos oprimidos. Idéias como *unidade na luta contra os inimigos, solidariedade, interesses coletivos acima dos particulares* precisam ser revigoradas neste momento que nos preparamos para enfrentar uma disputa que será ainda mais acirrada do que a de 1989. Não é exagero dizer que todas as forças reacionárias, conservadoras e elitistas do Brasil e do mundo farão o possível para impedir que Lula chegue ao governo para começarmos a implementar nesse país a necessária e radical redistribuição de renda, terra e poder.

Isso só poderá ser feito atacando os problemas da dependência externa, do poder dos grandes monopólios e oligopólios na economia e da existência do latifúndio. Quebrar ou limitar drasticamente o poder dos setores comprometidos com a dependência, os monopólios e os latifúndios é condição indispensável para qualquer reforma estrutural no Brasil, perante a qual já fracassou no passado o reformismo populista, que acreditou poder conciliar interesses de classe antagônicos.

Fortalecer o partido com o 8º Encontro é dar toda a consequência aos desafios colocados. É compreender que toda a força que a candidatura Lula tem hoje só será totalmente desenvolvida com um partido mais organizado a nível nacional e mais centralizado nos seus diversos âmbitos de atuação. O PT precisa reafirmar seu papel dirigente, seu caráter de massa e sua democracia interna. Revalorização das instâncias partidárias, participação efetiva dos filiados nos processos de tomada de decisões, fortalecimento da imprensa partidária e do sistema de comunicações - constituição de uma rede através de microcomputadores, linha telefônica e modem - que assegure informação rápida, segura e barata entre as diversas instâncias partidárias. Esta rede terá um valor inestimável durante a campanha de 94. É investimento que se paga a curto prazo e que precisamos coletivamente priorizar.

Partido forte é também construir uma direção partidária que represente o partido na sua rica diversidade, mas que tenha as resoluções do 8º Encontro como referência política determinante.

Joaquim Calheiros Soriano
Sec. Nacional de Finanças.

...Impedir a
desagregação

*através da definição de
uma política que detenha
sua descaracterização, diz
a deputada Maria Laura*

Nós do movimento Na Luta PT, apresentamos nossas propostas aos Encontros de base do Partido, fazendo uma disputa política pela construção de uma nova maioria, cujo conteúdo expressa o desafio de milhares

de militantes em verem o PT retomando sua vida orgânica e restabelecendo os vínculos com o movimento real que os trabalhadores do campo e da cidade realizam.

Comungando com estas linhas gerais, eu tenho a expectativa de ver o Partido superar, neste seu 8º Encontro Nacional, o eleitoralismo e o institucionalismo, permitindo que nos credenciemos, desde já, como alternativa de poder, considerando que já é anunciado o fim do governo Itamar.

Se considerarmos a continuação do tráfico de influências no atual comando da nação, além da crise gerada pela entrada de Eliseu Resende como ministro, aliado às prioridades definidas no Orçamento Geral da União, com a destinação de 67% dos recursos para pagamento das dívidas interna e externa, temos todo um caldo de cultura para a abertura de um vácuo no poder. Assim, diferentemente de uma discussão meramente aliancista, com fins eleitoreiros, tendo como referência o calendário eleitoral de 94, acredito que é urgente a adoção, pelo Partido, de uma plataforma emergencial para tirar o país da crise, galvanizando a sociedade civil, os oprimidos e espoliados, para um amplo movimento para liquidar com a fome e a miséria. Um programa que recomponha o poder de compra dos salários - modifique a estrutura injusta de repartição de renda, iniciando com a fixação do homem no campo, com recursos mobilizados para o cultivo de alimentos, através de uma decidida reforma agrária.

Refletindo esta aspiração ao nível da sociedade, podemos ver isto se refletindo dentro do Partido, com a crise que se abate sobre o antigo setor majoritário, a Articulação, dividida em vários pedaços espelhando a pressão das bases por uma mudança de postura das direções frente à conjuntura.

O tratamento dispensado por Itamar à Erundina, ao demiti-la da forma deselegante que o caracteriza, na verdade enterra seu discurso demagógico de acabar com as mazelas do país. Assim, o 8º Encontro tem o dever histórico de discutir e definir uma política que impeça a desagregação, isto sim, de nosso partido, face à criminoso política de descaracterizá-lo enquanto partido independente e vocacionado para defender, através da chegada ao poder, as mais sentidas aspirações da maioria do povo brasileiro.

Maria Laura - dep. federal
membro do DN

O que é isso companheiros?

Entre as oito pré-teses apresentadas ao debate preparatório ao 8º Encontro Nacional, três são assinadas por integrantes da Articulação: "Construir a Unidade na Luta", "Por um Governo Democrático e Popular" e "Por uma Nova Hegemonia". Gilberto Carvalho, Sonia Hypolito e Juarez Guimarães, signatários destas teses, falam sobre a divisão da corrente majoritária do partido

A Articulação, cuja constituição enquanto tendência sempre guardou a peculiaridade de uma centralização muito precária, e que trabalhava com o método da construção de "consensos progressivos" perdeu, nos últimos dois anos, o fator fundamental de construção desse consenso: a ocorrência do debate político.

É possível que o modelo de funcionamento e desenvolvimento de uma proposta como a da Articulação tenha se esgotado. A maior densidade política e menor densidade ideológica de seus debates, além da responsabilidade de ser força majoritária durante cerca de dez anos, constituíram fatores que foram desgastando e inviabilizando seu modo de operar. A crise ideológica que as forças socialistas vivem neste momento e as reações diferenciadas a esse processo contribuíram para acentuar as diferenças internas e agudizar contradições, que foram se expressando nas formulações estratégicas e nas posturas concretas no plano tático.

O fato é que o contrato que assegurara a estabilidade da Articulação, que permitia a esse agrupamento superar os movimentos fisiológicos, oportunismos de ocasião e uma certa despolitização das relações internas, não mais se sustenta a partir de um determinado momento.

É claro que esse movimento interno à Articulação corresponde a uma crise generalizada vivida pelas tendências internas ao PT, e mais, corresponde a uma consciência --

expressa pelo Manifesto aos Petistas, assinado por Lula em 91 -- de que era preciso criar uma nova dinâmica na vida partidária capaz de superar a cristalização produzida pela existência de tendências permanentes.

O grande problema é que o processo de fragmentação de várias tendências -- e no caso particular da

Articulação -- ao se

realizar de maneira despolitizada, sem um debate político que demarcasse as diferenças e, assim, pudessem criar novas

opções ou formas de atuação no interior do partido, resultou num rebaixamento do nível das relações internas. É verdade que o debate entre tendências era, muitas vezes, "surdo" e sectarizado. Mas é verdade também que pelo menos a diferenciação se dava sobretudo por critérios políticos e ideológicos. Hoje, o que se verifica é a primazia pela disputa dos aparelhos, dos mandatos, das carreiras pessoais. E, como não poderia ser diferente, ocorre um rebaixamento impressionante na forma em que tais disputas ocorrem. O grau de ódio destilado, as acusações de traição, o desejo de exclusão de adversários políticos internos (em geral até ontem aliados inseparáveis...) ganham uma expressão impressionante na disputa

internas do partido.

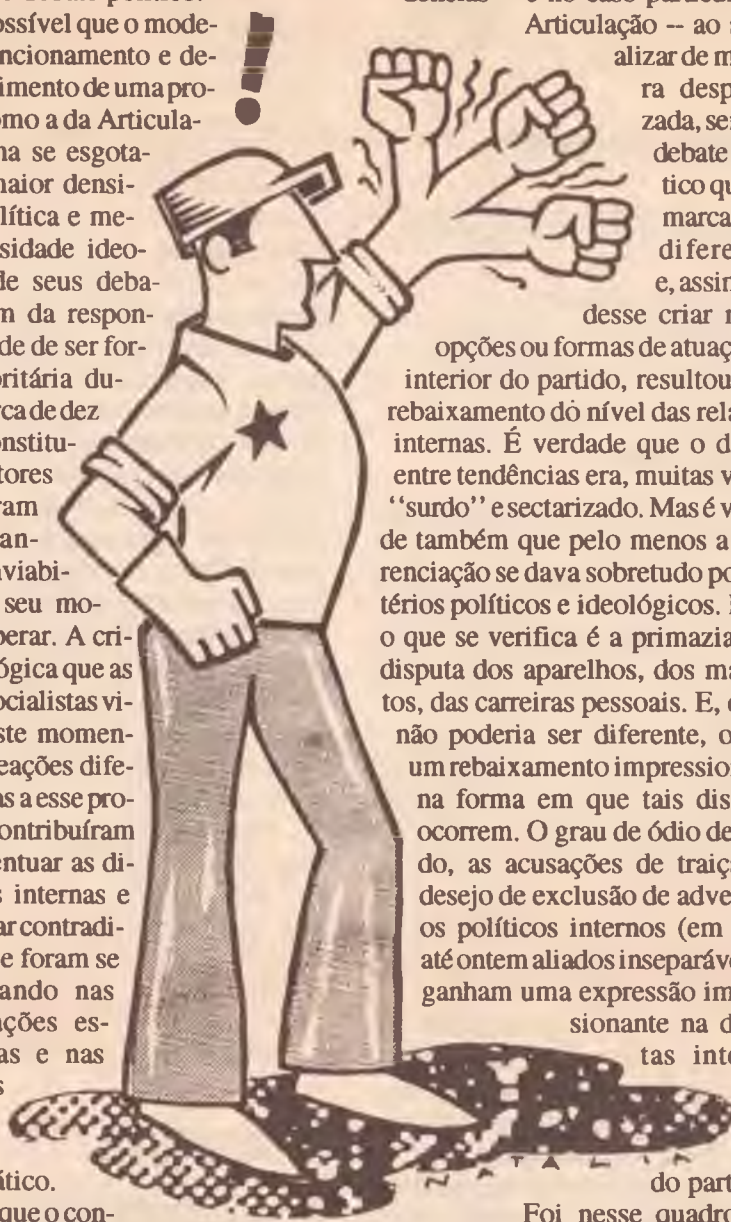
Foi nesse quadro que buscamos retomar o debate no interior do campo da Articulação no processo de preparação do 8º Encontro Nacional. Todos concordamos que a Articulação, enquanto tendência, não poderia ser reorganizada. São diferenças que se consolidaram ao longo desse tempo. No entanto, levamos em conta este quadro de crise que vive o partido às vésperas de uma disputa eleitoral decisiva para o país e sua responsabilidade em atuar numa conjuntura

com contornos de gravidade que todos conhecemos. Levamos em conta que nosso método de elaboração de teses políticas continua à moda antiga, sem conseguir envolver de fato a base do partido, que sequer está devidamente informada da complexidade dessas divisões internas. Levamos em conta que o melhor de nossa energia deveria se concentrar na construção de alternativas baseadas no diálogo entre diferentes e no pressuposto de que a verdade não se encontra numa das margens do rio...

Infelizmente temos que reconhecer que essa iniciativa foi tardia e encontrou posições já cristalizadas e disputas localizadas que dificultavam muito um debate franco e aberto.

O grupo de companheiros e companheiras que constituíram, desde o início do ano de 92, um movimento que depois veio a ser reconhecido como o grupo "Manifesto aos Petistas" ou "A Hora de Verdade" optou por uma tática que determinava a busca de explicitar as posições e diferenciações dentro do campo da Articulação, tensionando o processo e buscando evitar que o conjunto da Articulação adotasse posições políticas mais moderadas. A esta proposta tática, antepúnhamos -- os que viemos a apresentar a pré-tese "Construir a Unidade na Luta" -- a argumentação de que o debate seria mais fecundo se estabelecêssemos uma relação política dialética capaz de superar estereótipos, preconceitos e enfrentássemos nossas diferenças num processo que envolvesse o conjunto de companheiros do "campo" da Articulação, muitos dos quais desinformados acerca das posições em disputa.

Sem a barreira de grupos já cristalizados o debate fluiria melhor e poderíamos assim resgatar um papel que os companheiros do campo da Articulação desenvolveram historicamente no Partido, através de um método de trabalho que conseguiu estabelecer uma correta mediação entre as tendências extremistas do partido, de lado a lado; entre a necessidade de avançar um programa e sua capacidade de arregimentação e adesão por parte dos setores populares, entre a ampliação do leque de nossos aliados e o caráter classista de nossas propos-



tas e de nosso partido. São estes elementos que nosso movimento visou -- e continuará visando -- resgatar.

Infelizmente o processo não prosperou e acabamos gastando parte importante de nossa energia elaborando duas teses que revelam mais pontos em comum do que divergências (a tese de Minas Gerais já estava pronta e foi registrada como uma contribuição ao debate partidário, uma vez que a tentativa de unificação se estabilizara). Muitos companheiros passaram pelo contrangimento de ter que fazer uma opção de adesão sem o amadurecimento adequado do debate e um número expressivo de militantes e dirigentes acabaram por não assinar nenhuma das pré-teses.

O esperado debate acabou não ocorrendo na proporção esperada e as alianças internas nos diversos estados acabaram sendo presididas, em geral, por interesses de se consolidar vitória. Todos perdemos, mas perderam sobretudo os de sempre: os militantes intermediários e a base partidária.

Felizmente temos ainda a possibilidade de adotar procedimentos diferentes para a montagem da tese definitiva a ser apresentada ao 8º Encontro. A responsabilidade é de todos nós.

Gilberto Carvalho
Secretário Nacional de
Formação Política
membro do DN

A unidade que buscamos

Muita gente se surpreendeu quando ficou sabendo que a Articulação não apresentou tese única ao 8º Encontro Nacional. Alguns acharam perigoso, prejudicial à "governabilidade" do partido. Outros acharam ótimo, seja para facilitar uma renovação na direção partidária, seja porque pensam que já passava da hora disso acontecer.

Esse último é o nosso caso. Afinal, acumulamos, desde o 1º Congresso, fortes divergências no interior da Articulação. Em muitos estados -- e isso vem de bastante tempo -- existem duas articulações, completamente separadas. Noutros estados, o relacionamento entre os militantes que se reivindicam da Articulação é muitas vezes mais atrito do que entre a Articulação e outras tendências. Em importantes prévias para a escolha de candidatos a prefeito -- Vitória, São Bernardo do Campo, Santo André, Piracicaba -- a disputa se deu entre candidatos identificados ou apoiados por diferentes setores da Articulação.

As divergências são muitas, têm a ver com a prática mas também com posições políticas. Pelo menos desde o Congresso, importantes lideranças

da Articulação vem defendendo uma aproximação política e também orgânica com os companheiros ligados ao chamado Projeto para o Brasil. Sob o nome de "nova hegemonia" ou "nova maioria", esses companheiros defendiam de fato o surgimento de uma nova tendência. Em função disso, relegaram os fóruns da Articulação a terceiro plano. Chegaram a dizer que a Articulação não existia mais. Nós sempre fomos contra isso. Achamos que as posições defendidas pelo Projeto para o Brasil são incompatíveis com as que a Articulação historicamente defendeu. Elas secundarizam o papel do partido, diluem as posições do PT, têm uma visão "institucionalista" e eleitoral da política, estimulam o comportamento individualista dos notáveis, dos figurões, desprestigiam a democracia partidária etc etc.

Por pensarmos assim, e por estarmos preocupados com os rumos do partido, lançamos o manifesto *Na Hora da Verdade*. Dirigido a todo o partido, mas preocupado basicamente em debater no interior da Articulação, o manifesto provocou uma salutar polémica dentro e fora de nossa tendência. Ao mesmo tempo, elaboramos e

divulgamos uma série de documentos sobre a situação atual do partido.

Nossa movimentação -- e a de inúmeros outros companheiros que, mesmo não sendo signatários do manifesto, também discordavam da proposta de constituir uma "nova maioria" com o Projeto para o Brasil -- conseguiu duas vitórias. A primeira foi dificultar a proposta de uma "nova maioria" com o PPB. A segunda foi empurrar vários dos "pepebistas" da Articulação para posições menos conciliadoras.

Nós achamos positivo que companheiros mudem de posição. Mas não queremos hipocrisia. Por isso, defendemos a inscrição de várias pré-teses da Articulação. Porque acreditamos que a única unidade que vale a pena é a unidade produzida no debate, com transparência, com democracia, publicamente. E queremos mais: queremos formar uma tese e uma chapa que inclua não só a Articulação, mas também companheiros de outros setores, particularmente aqueles ligados à Democracia Socialista. Essa unidade nós queremos. Vamos nessa?

Sonia Hypólito
Sec. de Movimentos Populares
Comissão Dirigente - CDM/SP

Para alcançar uma nova hegemonia

As tensões mais recentes vividas pela tendência Articulação e a decisão de seus integrantes de assinar distintas pré-teses para o 8º Encontro Nacional do PT são fatos marcantes na trajetória política do PT. Têm um forte simbolismo já que esta tendência, além de majoritária, foi desde o seu nascimento um fator decisivo para o que poderíamos chamar de "estabilidade dinâmica" do partido. Não é fruto do acaso o fato de que estas tensões -- em uma dinâmica despolitizada e competitiva -- fraturam hoje a parte majoritária do núcleo dirigente da CUT.

Estes acontecimentos podem, a nosso ver, ser interpretados legitimamente tanto através de um ângulo crítico-negativo quando a partir de uma visão crítico-positiva.

Crítico-negativa: são os desdobramentos qualitativos de uma diferenciação molecular que vinha se manifestando de forma crescente no interior da Articulação nos últimos anos. Refletem a perda de capacidade

diretiva de um núcleo de militantes históricos do PT que tiveram sua prática bastante deslocada para o terreno institucional no último período. São a reação previsível e anunciada diante da adoção por este núcleo de iniciativas, discursos e alianças internas que podem ser interpretados, na tradição do PT, como de "centro-direita".

Crítico-positiva: estes acontecimentos refletem as linhas de tensão que incide sobre o Partido diante de um desafio dos mais grandiosos e complexos de toda uma geração de socialistas: a disputa do governo central do país e a criação de uma dinâmica de transformações profundas. São o momento crítico de uma síntese ainda em elaboração de uma nova hegemonia partidária mais à esquerda e com uma interlocução mais recuanda com os sentimentos de radicalização que brotam dos movimentos sociais.

Em ambas as angulações não cabe um registro, anseios de retorno a uma estabilidade dirigente baseada apenas

na unidade da Articulação. Isto parece não ser mais possível, nem parece ser o mais provável.

Aqui em Minas, está sendo feito um esforço de gerar uma contribuição à criação desta nova hegemonia partidária. Trata-se de um campo político que mobiliza todas as forças mais partidariamente orgânicas da Articulação, a tendência Democracia Socialista e um número expressivo de dirigentes partidários e sindicais não vinculados a tendências e de representatividade inquestionável no Estado. Este campo baseia sua força expansiva em três idéias-chaves: a) politicamente ele elabora suas teses na crítica ao chamado Projeto para o Brasil (identificado como uma visão institucional e, no limite, dissolvente da própria tradição petista) e do movimento "Na luta PT" (que, por uma visão restritiva e internista, corta as bases para uma ofensiva hegemônica do partido na sociedade); b) no plano partidário, ele busca intensa e sincera-

mente o máximo de diálogo partidário com as forças que se projetariam neste campo político definido, sem reeditar posturas hegemônicas ou excludentes; c) no plano dos valores, este campo político insiste sobre a criação de um momento ético-político do partido, isto é, a subordinação dos interesses corporativos ou de grupos ao esforço de formar uma vontade dirigente da Nação.

Majoritário nos Encontros Municipais de Belo Horizonte e do Estado, este campo político apresenta nacionalmente para o 8º Encontro a pré-tese "Por uma nova hegemonia". Com sua dinâmica unitária, com suas proposições e representatividade pretendemos contribuir para que o fracasso e a sectarização não prevaleçam no Encontro que tem por responsabilidade retirar o PT da crise de identidade na qual ele se encontra mergulhado.

Juarez Guimarães
membro do DN

CUT: balança mas não cai

Nos últimos dias o movimento sindical sofreu um verdadeiro terremoto político, face às disputas internas na Central Única dos Trabalhadores. Essas disputas não seriam novidade e não provocariam maiores abalos, não fosse o fato de oporem, não a corrente majoritária às correntes "de esquerda", mas duas facções da própria Articulação Sindical.

O estopim da crise foi a proposta de "reforma" da direção executiva, feita por Gilmar Carneiro (presidente do Sindicato dos Bancários e Secretário Geral da CUT), alegando que o atual Tesoureiro, Delúbio Soares de Castro (Coordenador Geral da Articulação Sindical), não seria competente e estaria bloqueando diversas campanhas da Central.

O verdadeiro motivo da crise, porém, é a disputa pela Presidência da CUT -- a ser renovada no V CONCUR (maio de 94) -- entre o próprio Gilmar e Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Essa mesma disputa pela Presidência quase rachou a Articulação no IV CONCUR, obrigando a um acordo protelatório que manteve Jair Meneguelli no cargo por mais 3 anos.

A ponta do iceberg

Se o que está em jogo é a liderança da Central, fica cada vez mais claro que os problemas da CUT são mais profundos. Depois de uma década de construção, a CUT passa por uma situação de impasse diante da conjuntura política e econômica do país -- que dificulta a ação sindical e dos novos desafios que as transformações estruturais do capitalismo têm colocado para o movimento sindical.

As dificuldades que atingem os dirigentes sindicais -- inclusive nos países avançados -- favorecem situações como a que a CUT está enfrentando, em que a briga em torno dos cargos de direção passa mais por alegadas capacidades de dirigir "a máquina" do que por projetos de ação e de orientação política das entidades sindicais. Mesmo porque não parece haver nenhum agrupamento hoje, na CUT, em condições de dar a receita ou apresentar fórmu-

las que dêem conta da complexidade dos problemas colocados.

Pacto de governabilidade

Uma das diversas saídas que a direção da CUT discutiu -- e descartou -- foi a antecipação do V CONCUR para novembro deste ano, como forma de apressar o desfecho da crise, elegendo-se nova direção. Até lá seria firmado uma espécie de "pacto de governabilidade", de maneira a comprometer os dirigentes com um plano de ação mínimo, que incluiria a campanha comemorativa dos 10 anos da CUT, a luta pelo reajuste mensal e a revisão constitucional.

A Articulação decidiu pelo afastamento de Gilmar e Delúbio da Executiva da CUT (com o acordo de ambos), numa tentativa de por água na fervura e favorecer a tal governabilidade.

Outra possibilidade, não antagônica com a anterior, é que a Articulação não apresente candidato à Presidência da Central, deixando seus seguidores liberados para alinharem-se ao candidato de sua preferência, entre Gilmar e Vicentinho. Essa saída não garantiria que a Articulação permaneça intacta, mas diminuiria a área de atrito entre seus membros.

Na muda

Enquanto a Articulação vive seus momentos de antropofagia, as demais tendências vão curtindo a situação, na qual os vilões estão todos na Articulação. Os principais dirigentes dessas tendências têm procurado chamar a atenção para a inoportunidade da luta sucessória nesse momento e fazem exortações à unidade e à retomada do trabalho de massas da Central. Nenhum deles, no entanto, arrisca-se a dizer muito mais que isso, mesmo porque o desgaste da Articulação interessa a todos.

Encontro Sindical do PT

Para a Secretaria Sindical do PT a atual situação da Central exige um esforço de elaboração que foge à capacidade de uma outra facção isolada. É necessário, ao contrário, criarem-se espaços coletivos de discussão e de reflexão que não reproduzam os maniqueísmos e as disputas atuais.

Por isso a SSN está convocando os sindicalistas do PT, particular-

mente os que têm papel dirigente na CUT, para participarem do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais Petistas, nos dias 3 e 4 de junho, no Hotel Danúbio, em São Paulo (vide programação nessa página).

O Encontro não tem caráter deliberativo e sua programação procura oferecer espaços para as questões que podem estar no fundo dos problemas que atingem o movimento sindical cutista. A intenção da Secretaria Sindical é que esse Encontro inicie um processo de reflexão entre os dirigentes sindicais petistas, não apenas para que o partido possa contribuir para o desfecho da atual crise, mas para que, também, possamos formular respostas para a conjuntura e oferecer novas perspectivas para a crise do movimento sindical brasileiro.

Apenas 3

Convocados, os secretários sindicais de todos os diretórios regionais, apenas 3 estados (São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul) enviaram representantes à Reunião da Secretaria Sindical Nacional, no último dia 8 de maio. Apesar do pequeno comparecimento, a reunião foi produtiva.

Encontro Sindical

O Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais Petistas, promovido pela Secretaria Sindical Nacional, terá a seguinte programação:

Dia 3 de junho (5ª feira)

19 horas: Abertura e painel sobre "Impasses do Movimento Sindical Frente às Transformações nos Processos Produtivos". Expositor: Prof. Mário Sérgio Salerno (Departamento de Engenharia de Produção -- Politécnica/USP).

Dia 4 de junho (6ª feira)

9 horas: Painel sobre "Movimento Sindical e Conjuntura Nacional". Expositor: Deputado Federal Aloisio Mercadante
13h:30: Plenária sobre "Atuação Sindical do PT"

Coordenador: Deputado Luiz Gushiken (Sec. Sindical Nacional).
Local: Hotel Danúbio (Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 1099 - São Paulo).
Informações: (011) 223.7999 com José Rocha, das 13:30 às 18 hs.

ζοχη ερρου!

Μας ανδα η(tempo de χορηγρ ο seu ερρο.

ζοχ τημ χιγχο μινυτοσ...

Τεμπο βασταντε παρα πεγαρ ο τηλεφωνε, λιγαρ παρα ο ΠΤ ε σε ινφορμαρ σοβρε ο πρεο δε ασσινατυρα δασ πυβλιχα. εσ δο Παρτιδο.

Entendeu? Não??!!!

Então, vou traduzir:

Todo mundo deve assinar as publicações do PT!

Se você ainda não fez uma assinatura, ainda tem tempo de corrigir esta falha grave.

Ligue e se informe sobre como assinar o Brasil Agora, o Boletim Nacional e a Teoria & Debate.

Brasil Agora - (011) 222 6318, 220 7718

Boletim Nacional - (011) 223 7999 ramal 230

Teoria & Debate - (011) 220 2103 ou 223 7999 ramal 213



TEORIA & DEBATE

BOLETIM  NACIONAL

Lula nos EUA

O processo de rearticulação das esquerdas latinoamericanas -- do qual o PT tem sido, nos três últimos anos, um dos principais impulsionadores -- colheu um grande resultado com a reunião de seis importantes dirigentes de esquerda num seminário na Universidade de Princeton, uma das mais conceituadas dos Estados Unidos.

Cuauthémoc Cárdenas, dirigente do Partido da Revolução Democrática, do México; Rubens Zamora, de El Salvador; Pablo Medina, de Causa Radical, da Venezuela; Antonio Navarro Wolf, do M-19 colombiano; Luis Maira, secretário-geral do Partido Socialista chileno, representando o candidato Ricardo Lagos, e Luis Inácio Lula da Silva debateram por um dia e meio temas centrais do presente e, sobretudo, do futuro da América Latina.

Tendo como interlocutores uma dezena de professores universitários norteamericanos e como público estudantes, pesquisadores, sindicalistas, militantes e empresários, os seis dirigentes debateram os temas propostos pelos painéis em que se desdobrou o seminário: as relações Estados Unidos-América Latina no pós Guerra Fria; o futuro da democracia no continente e as alternativas econômicas e sociais.

No último dia Lula e os demais participantes responderam dezenas de perguntas de um público ávido de conhecer mais detalhes sobre as propostas que cada um destes dirigentes está levantando em seus países.

Os dois outros dias que Lula e o secretário de relações internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia, passaram nos Estados Unidos foram dedicados a reuniões com sindicalistas e dirigentes políticos de esquerda, em Nova York, e com autoridades do governo dos Estados Unidos, em Washington.

Na capital, a acolhida que Lula recebeu corresponde à importância crescente que sua candidatura vem

ganhando no Brasil. Ele e Marco Aurélio foram recebidos pela equipe de Reich, do Departamento do Trabalho, pelo atual e pelo futuro subsecretários de Estado para a América Latina, Bernard Aronson e Watson, respectivamente; por Lawrence Summers, subsecretário do Tesouro, por integrantes da Comissão de Finanças da Câmara de Deputados, pelo assessor de Clinton para o Comércio Exterior, William Frechette, aproveitando ainda para almoçar com os membros do Inter American Dialogue, conversar com dirigentes da AFI-CIO e jantarem com o presi-



dente do BID, Enrique Iglecias, seu vice, o brasileiro Paulo Renato Souza e o embaixador do Brasil em Washington, Rubem Ricúpero.

Num intenso dia de contatos em Washington foi possível expor de forma clara as alternativas do PT para o Brasil, divergindo explicitamente, por exemplo, das receitas neoliberais que Lawrence Summers propôs durante o encontro.

Os tempos mudaram e nestes primeiros anos de pós guerra fria já é possível ver um dirigente de esquerda brasileiro ir a Washington dizer aos governantes norteamericanos que há outras vozes na América Latina: radicais e responsáveis. Radicais porque os problemas do continente e do Brasil tem de ser atacados pela raiz e responsáveis porque não querem perder-se na retórica, mas sim oferecer alternativas a seus povos.

Benedita, no México

A companheira Benedita da Silva, na condição de Secretária de Movimentos Populares, participou do Seminário "Estado, Partido e Movimentos Sociais", no México de 25 a 27 de março do presente ano. Este Seminário, organizado pelo Foro de São Paulo, foi concebido como preparatório da IV Reunião Anual do Foro, que este ano acontecerá em julho, em Havana.

A companheira Benedita, na sua intervenção relatou a experiência do nosso Partido em relação aos movimentos sociais, defendendo "a autonomia e independência dos movimentos, embora seja importante que os partidos tenham estratégias de intervenção de seus militantes nos diferentes movimentos em que se organiza a sociedade civil. Isto é vital para aqueles partidos, como o nosso, que não quer ficar afastados da problemática colocada ao nível da sociedade.

Por outro lado, a companheira

sustentou a importância da democratização do Estado para que os movimentos tenham acesso direto às informações, das diferentes áreas, para uma avaliação correta das políticas públicas e para elaboração de propostas setoriais.

Participaram delegações de: Frente Del Sur (Argentina), Coordenadora Guerrillera Simón Bolívar (Colômbia), Partido Comunista (Cuba), FMLN (El Salvador), Unidad Revolucionária Nacional Guatemalteca - URNG (Guatemala), Movimiento Lavalás (Haiti), FSLN (Nicarágua), Partido Revolucionário Democrático (Panamá), Partido Unificado Mariateguista (Peru), Partido Comunista - Frente Amplia (Uruguai), Movimento al Socialismo (Venezuela) e Partido de la Revolución Democrática, Partido del Trabajo, Partido Popular Socialista e Partido Revolucionário de los Trabajadores (México), que foram os organizadores e anfitriões do Seminário.

Nosso repúdio ao golpe na Guatemala

O auto-golpe de estado perpetrado pelo Presidente Jorge Serrano, da Guatemala, com o apoio do exército, interrompe o precário processo democrático que vinha se desenvolvendo naquele país nos últimos anos.

Serrano segue o caminho autoritário aberto por Fujimori no Peru, ao suspender as garantias constitucionais, dissolver o congresso, os tribunais superiores de justiça e os organismos de defesa dos direitos humanos.

A Guatemala vem sendo submetida há mais de 30 anos a uma sucessão de ditaduras militares e civis, responsáveis não só pela degradação social e econômica do país, como pelo exercício permanente e sistemático do terrorismo estatal e para-estatal, que vitimou dezenas de milhares de pessoas. A ação arbitrá-

ria de Serrano é tanto mais grave se se leva em conta que ela poderá frustrar as negociações para a pacificação do país que vinham se desenvolvendo no México entre o Governo e a Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca.

O Partido dos Trabalhadores conclama todas as forças democráticas do Brasil e da América latina para que protestem contra o golpe guatemalteco e espera que o governo brasileiro, através do Ministério de Relações Exteriores, assumam uma posição de repúdio a este acontecimento que ameaça desestabilizar toda à América Central.

Luis Inácio Lula da Silva
Marco Aurélio Garcia

Descobrendo a África

A esquerda sul-africana tem um problema de parceria. Buscam uma referência no Brasil e falam da aproximação do "sul" do planeta

A "opção brasileira" é levada a sério na África do Sul. Para diferentes setores da esquerda, o PT é uma referência que ganha atualidade.

No início dos anos 80, eram as lideranças do movimento sindical emergente que viam no PT um exemplo de possibilidade de construção de um partido classista de massas. Os sindicatos eram construídos pela base, contra a legalidade da época -- trabalhador negro não podia se sindicalizar.

A maioria dos sindicalistas não militava nas organizações existentes, clandestinas.

A repressão violenta bloqueou a discussão da construção de um PT Sul-Africano nos anos 80. Os sindicatos ganharam estatuto legal e sobreviveram. O movimento de libertação incorporou o discurso classista e os métodos de luta sindicais.

Hoje, a discussão sobre um partido de trabalhadores ressurgiu no bojo da transição. Ouvi a expressão "Brazilian option" numa reunião com militantes do PC e achei engraçado. Eles me explicaram: um partido de massas e com direito de tendências. Como em outros tempos. É uma expressão positiva do impacto que sofre o PC dos novos ventos que sopram no mundo. A perspectiva revolucionária não foi abandonada. Queriam saber da posição do PT sobre Cuba. De como o PT combinava ação institucional com ação de massas. Alguém chegou a me questionar se o PT poderia seguir a via do Partido Comunista Italiano (ex). Em outra rodada alguém tentou comparar o PT com o Partido Trabalhista Inglês. Só para ter certeza.

A WOSA (Worker's Organization for Socialist Action), que fez o convite para a visita, também trabalha a perspectiva de um partido de trabalhadores de massas que unifique a esquerda socialista. A unificação é um desafio num país onde a violência do regime acabou se reproduzindo no interior do próprio movimento de libertação, na forma de intolerância, hegemonismo e, em alguns episódios, de ataques e assassinatos.

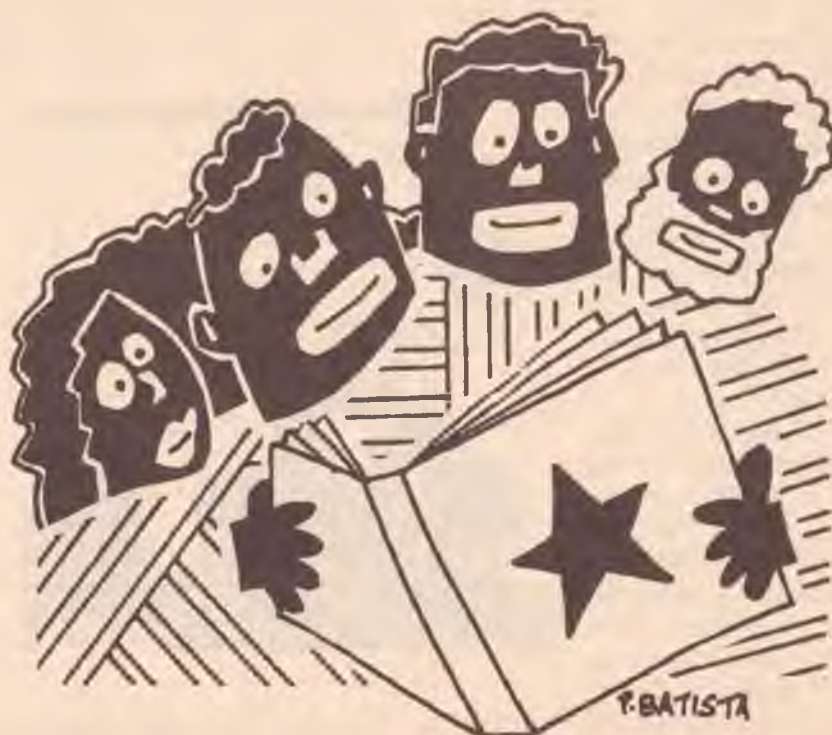
O desafio imediato é a atuação no processo de eleições para a Constituinte. Pode haver uma, duas ou

mais listas. Há diferenças de visão sobre os acordos que antecedem as eleições. O CNA pressiona grupos como WOSA a apoiar sua lista, com um argumento forte: é preciso ter uma ampla maioria na Constituinte para impor as mudanças. Mas quais?

Um tema em debate é o do "contrato social". No interior da COSATU (a maior central sindical) há quem defenda um acordo de reconstrução do país envolvendo não apenas a COSATU, o CNA e o PC,

Por outro lado, há o impacto da recessão prolongada e da ofensiva neoliberal na defesa da economia de mercado.

O movimento enfrenta, ainda, o problema da divisão que atinge os locais de trabalho. Além dos sindicatos tradicionais e pelegos, há duas centrais combativas, COSATU e NACTU, formalmente autônomas mas politicamente identificadas mais com o CNA e o PC ou com o Congresso Panafricano.



mas também o capital. Nas palavras de Tito Mboweni, economista do CNA: "quando trabalhadores e empresários cooperarem em desenvolver a capacidade competitiva da empresa, ambos os lados têm muito a ganhar" (SA Labour Bulletin, dezembro de 1992).

Há quem veja na CUT e nos acordos da indústria automobilística uma referência de política "propositiva" com o mesmo significado.

A posição é polêmica no interior da própria COSATU. Muitos sindicalistas não confiam na capacidade do próprio CNA enfrentar os poderosos monopólios. De qualquer forma, a mudança do quadro político exige uma nova discussão num país onde até pouquíssimo tempo as sanções econômicas internacionais eram uma das principais formas de luta.

A esquerda sul-africana tem um problema de parceria. Há muita solidariedade com Angola, Moçambique, Zimbabwe, Namíbia. Mas as realidades são muito diferenciadas, apesar da vizinhança. É natural que busquem uma referência no Brasil. Eles falam da aproximação do "sul" do planeta.

Além das similaridades de economias fortes, embora dependentes, há toda uma identidade que passa pelo conflito racial mas vai além. Os militantes na África do SUL impressionam pela coragem e determinação, mas também lembram o Brasil no jeito de dançar, sorrir (já estou com saudade).

Beti Búrgo
membro do CDM de São Paulo

IV Encontro do Foro será em Havana

O Grupo de Trabalho que coordena o Foro de São Paulo esteve reunido, nos dias 24 e 25 de abril último, em São Paulo. O Foro de São Paulo nasceu em julho de 1990, quando 48 partidos do continente responderam positivamente ao chamado do PT para realizar o Primeiro Encontro de Partidos e Movimentos de Esquerda da América Latina e do Caribe.

Expressão de uma virada na política externa do Partido dos Trabalhadores, o Foro de São Paulo, como viria a ser chamado a partir do segundo Encontro, em 91, no México, se transformou no maior ponto de confluência da esquerda latinoamericana, testemunhando a vitalidade e capacidade de renovação das forças progressistas no continente, justamente quando os paradigmas socialistas clássicos -- o comunista e o socialdemocrata -- entravam em crise no resto do mundo.

Em 1992, um Terceiro Encontro, realizado em Manágua, deu seguimento aos debates sobre a integração e as alternativas para a América Latina. Aberto às mais variadas correntes das esquerdas latinoamericanas e caribenhas, o Foro fará em julho próximo seu Quarto Encontro em Havana. Discutirá a situação política do continente, os temas da formação política e das relações dos movimentos sociais com os partidos. Estas duas questões são objeto de seminários que o Foro organizou em março no México e que organizará em junho em La Paz. O Foro representa um espaço de discussão sem precedentes na história das esquerdas latinoamericanas, por sua amplitude (mais de setenta partidos hoje) e diversidade. Abriga forças que estão no governo (PC cubano, PS chileno), partidos que vem de ricas experiências revolucionárias (Sandinistas e Frente Farabundo Marti), que enfrentam duras condições de repressão (Lavalas, no Haiti) ou que desenvolvem originais experiências na América Latina, como o MAS e Causa-R, na Venezuela, os partidos da Frente Ampla uruguaia, o Movimiento Bolívia Libre, a URNG da Guatemala, o Partido da Revolução Democrática, do México e o próprio PT, dentre muitos.

O GT do Foro definiu orienta-

ções para o próximo Encontro de Havana que vão a seguir publicadas:

Resoluções

1) Durante a reunião do Parlatino em São Paulo, entre 3 e 7 de maio deste ano, realizou-se uma reunião de parlamentares de partidos do Foro de São Paulo, para avançar no acerto de políticas comuns neste âmbito.

Foram promovidos, também, contatos entre parlamentares de partidos do Foro e parlamentares da esquerda do Parlamento europeu, que estiveram presentes na reunião de São Paulo --esta reunião foi realizada no dia 5 de maio, na sede do Parlatino, com a participação do secretário de Relações Internacionais do PT, Marco Aurelio Garcia, e de todos os parlamentares de Partidos do Foro).

2) Foi aprovada a redação de uma nota que contém iniciativas para tomar medidas conjuntas a serem apresentadas às embaixadas colombianas em diversos países, manifestando a vontade do Foro sobre a retomada do processo de negociações de Paz nesse país -- "O grupo de trabalho do Foro de São Paulo expressa sua preocupação pelo estado de comoção interna e pelo conflito armado na Colômbia e faz um chamado ao governo do Presidente Gaviria e a Cordenadora Guerrilheira Simon Bolivar, a reiniciar o diálogo em busca da Paz.

Assim, insta a todos os Partidos do Foro de São Paulo, para que de imediato façam gestões frente às embaixadas colombianas, diretamente ou por meio das chancelarias, suas instâncias parlamentares e meios de comunicação em direção ao reinício das negociações de Paz na Colômbia".

3) Recomendamos a participação de vários partidos do Grupo de Trabalho (PT, PCC, PRD, FSLN y Lavalás) no próximo Seminário a ser realizado na Martinica, nos dias 29 e 30 de maio próximos, com o objetivo de ampliar a representação do Caribe no Foro de São Paulo.

4) Está aprovado o Projeto de Normativas para o Foro e o Grupo de Trabalho

5) Recomendamos que seja aceito o ingresso no Foro das seguintes

forças que solicitaram sua incorporação: Fuerza Amplia de Izquierda, do Chile e Partido Alternativa al Socialismo Democrático, da Bolívia. O Foro exorta às forças da Frente Amplia de Uruguaia que ainda não o tenham feito, a se integrarem ao mesmo

6) Resolvemos realizar uma rodada de consultas sobre o ingresso de algumas organizações aos atuais membros dos respectivos países já integrantes do Foro de São Paulo. São elas: APRE, do Equador; Todos por la Patria, da Argentina; MRTA, do Peru; Unión Patriótica, da Venezuela; Organizaciones y Partidos de la Izquierda, do Paraguai.

O PC cubano está encarregado

das consultas sobre as quatro primeiras organizações e os Partidos da Frente Ampla e o PT do Brasil, das organizações paraguaias.

7) Foi aprovada a agenda da Reunião do IV Encontro do Foro, em Havana.

8) Foi aprovada a publicação, a cargo do PRD, dos trabalhos e relatórios apresentados no Seminário sobre "Estado, Partidos e Movimentos Sociais", realizado no México, entre os dias 25 e 27 de março deste ano.

9) Foi aprovada a proposta do MBL da Bolívia sobre o próximo seminário de Educação Política, a ser realizado em La Paz, entre 17 e 20 de junho deste ano.



ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao

Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203-002 - São Paulo/
SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 400.000,00

Nome _____

Endereço _____

Cidade _____

CEP _____ Estado _____

Fone p/ contato: _____

PREENCHA EM LETRA DE FORMA

BOLETIM NACIONAL

Quanta ousadia, falar em Cidadania!

Nem campanha, nem fracasso. A Caravana da Cidadania foi exemplo da ousadia de quem quer trazer a público uma realidade que as elites preferem esconder

Os mutilados do sisal de Valente (BA), os garimpeiros artesanais da beira do Jequitinhonha (MG), as lavadeiras de Santo Antonio de Jesus (BA), os meninos de rua de Petrópolis (RJ), o povo que comia palma (cactus) em Águas Belas (PE). São tantos personagens, tantas histórias. Quem poderia imaginar Lula caminhando pelas ruas de Canapi, cercado de gente, recebido com festa num lugar que o país inteiro se acostumou a imaginar como "a fortaleza dos Malta"?

A Caravana da Cidadania -- idéia do jornalista Ricardo Kotscho, em 89, retomada no final de 92 -- partiu de Recife com dois objetivos: ver de perto esse outro país e chamar a atenção da opinião pública para a fome, a seca e a miséria. O resultado pode ser medido através de uma constatação de Lula, repetida desde os primeiros dias de viagem: "Depois de ajudar a fundar o PT e a CUT essa caravana foi a iniciativa política mais importante que já tomei".

Os caravaneiros -- e muitos de nós que deram duro construindo a viagem sem ter o prazer de cair na estrada -- participaram de uma empreitada que exigiu profissionalismo, esforço, paixão e muito bom humor. Além de toda a preparação inicial -- agenda, pesquisa, contatos, infra --, a criatividade e a santa capacidade petista de dar nó em pingo d'água foram fundamentais nesses 20 dias de poeira, buracos e tantas realidades.

Tudo pronto, turbinas ligadas, largamos de Recife na manhã do dia 24 de abril. Fomos conhecer gente como os sem-terra de São Bento

do Una (PE), acampados numa fazenda onde é preciso caminhar seis quilômetros até a água potável. Carne, só se for de raposa ou de peixe "chupa-pedra" recolhido na lama do riacho. Os acampados de São Bento do Una preferem morar em cabanas cobertas de plástico que migrar para um grande centro. A identidade deles é a terra. Lá naquele chão seco eles têm nome, sonho e profissão. São 22 famílias brigando desde janeiro de 92 pela posse da fazenda abandonada pelo proprietário. Luz de fífó, água salobra. Eles mantêm o jeito altivo de sertanejos, não perderam a referência: "O que a gente sabe fazer é plantar. Na cidade, ia só pedir", resume "seu" Manoel, 53 anos.

Em Garanhuns, a 40 quilômetros de distância do acampamento, a terra é uma memória distante para Maria Quitéria Avelino da Silva, vinda de uma roça em Jucati. Com o filho Lucídio no colo, ela pensa antes de dizer a idade: "Acho que é uns 25. Meus papéis ficaram na casa de meu pai". Na porta do casebre de oito metros quadrados no bairro do Magano, Maria Quitéria conta que sua última refeição, na véspera, foi tripa de galinha. São seis e meia da tarde, já está escuro e não tem luz. O esgoto corre a céu aberto. Maria Quitéria não tem emprego nem título de eleitor. "Bem que eu voltava pra roça, se pudesse".

Porta de roça

"Seu" Manoel e Maria Quitéria não costumam aparecer no "Jornal Nacional". Nem têm canais para falar com o Brasil das grandes cidades. Quem quer conversar com eles

tem que ir ao Sertão, ao Agreste, ao Vale do Jequitinhonha. Os petistas já sabem fazer campanha eleitoral, brigar por salário, fazer porta de fábrica. A Caravana da Cidadania foi uma grande "porta de roça", um encontro privilegiado com quem não tem sindicato, nem associação de moradores, nem partidos políticos -- do campo democrático -- por perto.

Debaixo de um sol de rachar, depois de uma estrada poeirenta, Lula agarrava o microfone e ia à luta: "Há quanto tempo você não recebe um salário mínimo?". "Desde que nasci", foi a resposta de um trabalhador rural que se apresentou como "Papudinho" em Canindé do São Francisco (SE). "Qual é o seu sonho?", "Eu quero ser fichado", responde o garoto de 13 anos, do bairro de Tancredo Neves, em Paulo Afonso (BA). "Fichado", lá no Sertão, é ter carteira assinada.

A melhor coisa da viagem eram esses momentos: sem palanque, sem discurso, "porta de roça" legítima. De volta pra casa, é inevitável um certo mau humor ao ouvir comentários meio cáusticos de alguns companheiros. O melhor antidoto para ar condicionado, telefone e escrivaninha foram esses 3.200 quilômetros da Caravana da Cidadania.

Desafio

Parte da imprensa detestou a idéia da caravana: "campanha eleitoral", decretaram alguns jornais, "fracasso de público", festejavam outros. Nem uma coi-

sa nem outra. A verdade é que foi muita ousadia sair pelas estradas esburacadas desse país falando de "cidadania", trazendo para o foco das câmeras personagens que boa parte da elite prefere varrer para debaixo do tapete. Imaginar que os grandes veículos de comunicação poderiam aplaudir a iniciativa é otimismo excessivo. Mas pior que as distorções -- e mentiras mesmo -- que foram publicadas é ver a pressa com que muitos companheiros aceitaram essas versões.

Falar com os "desorganizados" é uma decisão que incomoda muita gente -- e não só "do lado de lá". Mesmo para nós, petistas, é um desafio: aprender outra linguagem, conhecer um outro jeito de viver, enfrentar uma realidade que escapa às fórmulas que aprendemos a dominar em 13 anos de partido. Pra quem está pronto e já sabe tudo, deve ser mesmo muito chato descobrir que metade do país não entende nosso discurso e pouco se beneficia da nossa prática. Mas o partido que nasceu e cresceu com a saudável petulância de jogar os dogmas no lixo com certeza vai aprender muito com a poeira, os buracos e com o povo que encontramos nessa caravana.

Cíntia Campos
jornalista, assessora de
imprensa da CEN e
caravaneira.

